



Eleições Brasil 2018. Algumas notas crítico-analíticas

Maria Eduarda Rocha*

Abstracts

The election result obtained in Brazil (October 2018) has its causes in recent social events. The surprise is the name of the elected president.

Keywords: election change, “lulismo”, State society divarication, anti-system sentiment, politic-partidary system desarticulation

El resultado electoral obtenido en Brasil (octubre 2018) tiene causas en eventos sociales recientes. La sorpresa es el nombre del presidente electo.

Palabras clave: cambio electoral, “lulismo”, divaricación entre Estado y sociedad, sentimiento antisistema, disarticulación del sistema político-partidario

Il risultato elettorale ottenuto in Brasile (ottobre 2018) ha cause in recenti fatti sociali. La sorpresa è il nome del presidente eletto.

Parole chiave: mutamento elettorale, “lulismo”, divaricazione Stato-società, sentimento antisistema, disarticolazione del sistema politico-partitico

O Brasil vive uma crise de hegemonia e o governo Bolsonaro não vai solucioná-la. Muito pelo contrário, ele é resultado dessa crise e, de certa maneira, precisa dela para sobreviver como fenômeno político. O ex-capitão chegou ao poder pelo voto antissistema e, neste sentido, é mais um caso triste do atual cenário de montante fascista em nível global. Cabe, entretanto, narrar essa ascensão a partir do que configura o contexto brasileiro em particular.

O “lulismo” foi o momento anterior, de forte hegemonia do projeto político do Partido dos trabalhadores (Pt) conquistada a partir de 2004 e 2005, com as políticas de combate à pobreza e de redução da desigualdade, como a valorização do salário mínimo acima da inflação, a ampliação exponencial dos programas de renda mínima, de apoio à agricultura familiar e aos pequenos negócios. Essas políticas permitiram a adesão do subproletariado ao Pt através da figura carismática de Lula repaginada por seus profissionais de marketing como o “Lulinha paz e amor” nas eleições de 2002, a primeira vencida pelo partido para a presidência da República. Antes disso, Lula era visto por muitos como um sindicalista raivoso o que, em uma cultura política como a brasileira, não é uma imagem positiva. Se a violência é um recurso tão usual de solução dos problemas nessa sociedade, é razoável que a eclosão do conflito seja evitada, especialmente por aquelas pessoas que não tem anteparos econômicos e legais diante dele.

A nova imagem do líder esteve afinada com uma mudança de teor das propostas do partido após 2002, quando, em uma *Carta ao povo brasileiro*, o Pt sinalizou aos

* Universidade federal de Pernambuco (Brasil); e-mail: me.rocha@uol.com.br.



mercados que iria fazer um governo moderado, de respeito aos contratos firmados pelos governos anteriores e de manutenção da rentabilidade do capital financeiro. Depois de dois anos de políticas econômicas muito austeras que desagradaram as bases tradicionais do partido, a demanda internacional por commodities em forte expansão lastreou a volta do crescimento econômico e a arrecadação de impostos que permitiu as medidas reformistas de redução da desigualdade. Em 2006, ano da reeleição de Lula, ocorreu uma mudança significativa na base eleitoral do partido, até então concentrada nas classes médias urbanas mais escolarizadas. Neste segmento, Lula perdeu muitos votos já em função do escândalo do “mensalão” amplamente propagado pela mídia, em que lideranças do partido e de vários outros foram acusados de receber propina.

Em compensação, pela primeira vez na história, o subproletariado aderiu maciçamente ao Pt. Esta fração de classe é talvez a marca mais importante da estrutura social brasileira, e constitui algo em torno de 30% de nossa população. Nela se alojou a maior parte dos descendentes de escravos, mestiços e do bolsão de pobreza formado em torno das unidades de produção do setor externo durante o período colonial e o império. A modernização conservadora, a saber, sem uma verdadeira revolução burguesa, ao longo do século XIX, legou esse contingente de indivíduos à sua própria sorte, sem nenhuma política de inclusão social. A industrialização aprofundada a partir de meados do século XX também foi incapaz de integrá-los ao proletariado. Em 2006, sob liderança de um ex-sindicalista, essa fração de classe começou a se afastar de partidos tradicionais de base rural e ajudar a configurar a clivagem entre “ricos” e “pobres” no sistema político brasileiro.

A adesão do subproletariado ao Pt teve um custo: contribuiu para o afastamento do partido em relação aos movimentos sociais e para a crença em uma espécie de “ligação direta” com sua base eleitoral, que supostamente prescindiria do trabalho de politização. Muitas lideranças desses movimentos passaram a fazer parte do governo e parte de suas pautas estava sendo incorporada sob a forma de políticas públicas, de modo que as forças progressistas entraram em um ciclo de letargia.

O resultado começou a aparecer nas manifestações de junho de 2013, o ponto de virada da hegemonia do lulismo que nos trouxe à profunda crise que atravessamos agora. Naquele ano, as mobilizações cresceram aos poucos. Elas começaram como um protesto organizado pelo Movimento passe livre contra o aumento nas passagens de ônibus. Mas foi um rastilho de pólvora que acabou fazendo eclodir nas ruas toda a insatisfação acumulada naquele ciclo quanto à incapacidade do Estado em dar respostas aos problemas cruciais da sociedade, nas áreas da saúde, da educação, da mobilidade urbana, da segurança pública, tudo amplificado pelo enorme gasto com a construção dos estádios para a Copa das confederações em 2013 e a Copa do mundo em 2014. Naquele momento, parecia que a clivagem se dava entre Estado e sociedade civil. Do lado de cá, estavam misturados os catalisadores da onda fascista, como o Movimento Brasil livre e o Vem pra rua, e as forças progressistas nas suas mais variadas expressões, de sindicalistas a autonomistas, da esquerda partidária à esquerda social, com pretensões de fazer o Pt voltar aos tempos do reformismo forte em que defendia políticas mais contundentes de combate à desigualdade, como a reforma agrária e a taxaçoão dos lucros financeiros.



A partir de 2014, a oposição entre Estado e sociedade civil começou a se transfigurar na disputa entre petismo e antipetismo, quando Dilma Roussef foi eleita presidenta por uma pequena margem de votos e, antes mesmo de sua posse, começou a ser alvo das investidas que levariam ao golpe de 2016. O contexto econômico mundial havia mudado com a crise americana de 2008 que atingiu o Brasil, sobretudo a partir de 2011. Uma parte dos que haviam ascendido socialmente ao emprego formal durante o ciclo lulista já estava insatisfeita por perceber a distância entre suas expectativas e a realidade de postos de trabalho que, apesar de formais, são ainda precários, como, por exemplo, os serviços de telemarketing. A insatisfação cresceu junto com o aumento do desemprego que empurrou parte desses indivíduos de volta ao subproletariado. O endividamento das famílias comprometeu a dimensão mais expressiva da melhoria de vida das classes populares naquele ciclo: o consumo de eletrodomésticos, de serviços de lazer, eventualmente a compra da primeira casa e do primeiro carro.

A melhoria da renda das classes populares não foi acompanhada na mesma proporção para as classes médias, que ainda pagaram o preço do aumento do custo do trabalho doméstico, com a regulação deste tipo de trabalho pela primeira vez na história do País. Restou para muitos desse segmento a sensação de estarem perigosamente próximos daqueles contra os quais se define a sua posição social. Tivemos episódios grotescos de racismo de classe, como a queixa de uma professora universitária contra o baixo nível dos agora frequentadores de aeroportos no País.

Já as frações mais ricas em capital econômico, as elites propriamente ditas, pouco teriam a reclamar. O setor produtivo se expandia muito baseado no crescimento do mercado interno, o capital financeiro era muito bem remunerado – com os bancos batendo recordes de lucro – enfim o fraco reformismo petista não ameaçava a sua reprodução como classe, muito pelo contrário. Isso porque tudo se fazia na base do modelo “ganha-ganha”. A crise econômica fez despontar no horizonte o momento em que o Estado teria que priorizar alguns setores sociais em detrimento de outros. As sinalizações que Dilma Roussef fez na direção de uma reforma trabalhista conservadora, em 2015, não foram suficientes para acalmar os ânimos das elites brasileiras. Naquele contexto, a prioridade do capital financeiro, a reforma da previdência, dificilmente teria eco, mesmo diante da enorme preocupação do partido com a “governabilidade”.

Some-se a todo esse ressentimento, a percepção crescente entre os neopentecostais e católicos conservadores de que o ciclo lulista havia ameaçado seus valores mais caros, especialmente a família tradicional. Em sintonia com um movimento global, as desigualdades de gênero e o preconceito contra a comunidade Lgbt ganharam enorme visibilidade no Brasil dos últimos anos, e não surpreende que a maior resistência contra a candidatura de Bolsonaro tenha se manifestado nas ruas em 29 de setembro com a presença maciça de gays e mulheres dizendo em alto e bom som: “Ele não”! Utilizando amplamente as *fake news*, a campanha de Bolsonaro usou essa reação para disseminar ainda mais o medo de que aquelas forças progressistas representem um ataque aos valores cristão tradicionais. Nos episódios mais grotescos, atribuía-se ao Pt a intenção de usar um “kit gay” nas escolas que incluía uma mamadeira com bico em formato de pênis para ensinar as crianças a praticarem sexo oral.

Essa maré de desinformação não teria crescido se o sentimento antipetista não



estivesse sendo insistentemente disseminado pela mídia corporativa, desde pelo menos, 2006. A falta de informação e a desfaçatez marcaram o tratamento midiático dos processos políticos em curso no Brasil, País com um dos sistemas de comunicação mais concentrados do mundo ocidental. Mais uma vez na história, a corrupção foi usada para descredenciar um governo com alguma simpatia popular. É fato que o Pt manteve e aderiu aos mecanismos espúrios de financiamento de campanha, que estabelecem uma relação muito promíscua entre as empresas e os partidos. É fato também que o partido terminou sendo vítima dos instrumentos de fiscalização que tentou fortalecer, especialmente o ministério público e a polícia federal. Mas coube a uma aliança entre a mídia e o judiciário o papel decisivo na construção de uma imagem criminalizada do Pt, de Lula e de Dilma. O caráter altamente seletivo das denúncias e condenações por corrupção em ambas as instâncias o demonstra.

Nesse contexto, o antipetismo tornou-se uma das expressões do sentimento antissistema em forte ascensão pelo globo diante dos altos custos das políticas neoliberais. O que as forças conservadoras tradicionais não esperavam é que Bolsonaro se tornasse o ponto de convergência desse sentimento. Até 2013, o ex-capitão do exército era motivo de piada, sendo impensável a construção de uma candidatura viável em torno dele. Ele surfou a onda da desorganização do sistema político-partidário e tirou do Psdb o posto de representante do antipetismo. Contribuiu para isso as denúncias contra as lideranças do partido, ainda que muito menos alardeadas do que aquelas que envolviam petistas. A vitória do líder fascista explica-se também pela incapacidade do Pt de enfrentar, antes e durante a campanha, três temas que se tornaram cruciais para a “opinião pública”: além da própria corrupção, a volta do crescimento econômico e a segurança pública. Este último foi a única dimensão “propositiva” da plataforma do candidato Bolsonaro. Seus eleitores posavam simulando tiros e ele acenou com a redução da maioria penal e o “excludente de ilicitude”, a institucionalização da carta branca que os policiais tem para matar na periferia. Em um País que tem cerca de 60 mil homicídios por ano, imagine-se então que violência se trata de combater.

A questão que resta agora é como se dará um governo eleito com base na desorganização do sistema político-partidário. Não é uma situação nova nem exclusiva do Brasil. Mas as nossas instituições que poderiam servir de contrapeso já demonstraram muita fragilidade, quando não cumplicidade com a derrocada do estado de direito. O Congresso eleito é o mais conservador da história, mas ainda assim deverá dar trabalho ao novo Presidente, principalmente para aprovar as medidas mais caras aos neoliberais, como a reforma da previdência. Diga-se de passagem, a direita democrática reduziu-se a um patamar ridículo nas últimas eleições. Retomando Florestan Fernandes, é outro dos custos de não termos tido uma revolução burguesa de fato no País. Há um déficit de liberalismo político na cultura do País. Para uma parte dessa direita organizada em torno do Partido da social democracia brasileira (Psdb), e até para uma candidatura que se colocava como de centro-esquerda, como a de Ciro Gomes, derrotar o Pt foi mais importante do que impedir a escalada fascista no Brasil. Mas foi uma adesão circunstancial, como o foi também a de muitos eleitores. A base política de Bolsonaro é muito improvável, e ele deverá desagradar a muitos dos que o elegeram. Não deve demorar.



A crise de hegemonia não se resolverá com ele. Resta saber se as forças democráticas, cada vez mais localizadas fora do sistema partidário, terão força para interferir nesse sistema e para pressionar as instituições no sentido de resistir a medidas absurdas como o projeto “Escola sem partido”, que pretende instituir a censura e a vigilância sobre os professores e interditar o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas. E, se o governo ficar acuado diante da incapacidade de satisfazer as expectativas que se projetaram sobre ele, impedir que a tentação autoritária se instale ainda mais profundamente.

De qualquer modo, é um ciclo difícil que nos aguarda. Mas quero crer que é um momento de expurgo. Em uma sociedade que tem tanto preconceito contra pobres, negros, mulheres, indígenas, quilombolas, Lgbts, é um passo importante ver esse preconceito à luz do dia. Em função disto, os movimentos sociais estão voltando à ativa, alguns sob ameaça de criminalização, como o Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (Mst), de luta pela terra, e o Movimento dos trabalhadores sem teto (Mtst), de luta pela moradia.

Também é muito significativo o fato de que, neste ciclo, nós mulheres assumimos o protagonismo na defesa da democracia a partir da luta pelo direito sobre nossos corpos e nossas vidas. “Feminismo” deixou de ser um nome feio no Brasil, e não importa o quão dura possa ser a repressão, isso não tem volta.

Recebido: 01/12/2018

Aprovado: 11/01/2019

